COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 9.335, DE 2017

Altera a Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos, para estabelecer o dever de as concessionárias e permissionárias disponibilizarem às pessoas com deficiência informações em formato acessível.

Autor: Deputado LINCOLN PORTELA **Relator:** Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 9.335, de 2017, acrescenta o art. 7º-B à Lei nº 8.987, de 1995 (Lei de Concessão e Permissão de Serviços Públicos), para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviços públicos a enviarem às pessoas com deficiência, sempre que houver solicitação, informações relativas à prestação do serviço em formato acessível, as quais deverão contemplar todos os documentos necessários ao exercício de seus direitos, contratos, correspondências e cobranças.

Distribuída à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para análise do mérito e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para os fins do art. 54 do RICD, a proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões e ao regime de tramitação ordinário.

Em 10/04/2019, a CPD se manifestou pela aprovação da proposição, que foi então remetida a esta CTASP.





Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015), ao promover o exercício dos direitos e das liberdades das pessoas com deficiência assegurou, em seu art. 62¹, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.

Apesar do inquestionado avanço representado pelo Estatuto, observa-se uma lacuna na Lei, no que tange ao acesso a informações relativas à utilização de serviços público pelas pessoas com deficiência. De fato, não há menção expressa na norma quanto à forma pela qual serão fornecidas informações pelas concessionárias e demais prestadoras de serviços públicos às pessoas com deficiência.

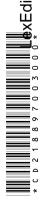
Nesse sentido, revela-se meritório o Projeto de Lei nº 9.335, de 2017, que altera a legislação vigente para assegurar expressamente ao usuário com deficiência a obtenção, em formato acessível, de informações necessárias à utilização do serviço público.

Sem prejuízo dos objetivos da proposição, apresentamos, nesta oportunidade, o Substitutivo anexo, que ajusta o projeto, para que este direito seja contemplado na Lei nº 13.460, de 2017, que "dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços da administração pública", e não na Lei nº 8.987, de 1995 (Lei de Concessão e Permissão de Serviços Públicos), pois, dessa forma, ampliamos a sua aplicação a todos os serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela

¹ "Art. 62. É assegurado à pessoa com deficiência, mediante solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível."



_



administração pública e também por particulares, e não apenas pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

Ademais, o substitutivo suprime a exigência de regulamentação da norma, para que ela seja desde logo aplicável e, finalmente, estabelece o prazo de 90 dias para a sua entrada em vigor, do modo a viabilizar a implementação dos ajustes que se fizerem necessários por todos os envolvidos.

Por essas razões, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 9.335 de 2017, na forma do **Substitutivo** anexo.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO Relator





COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.335, DE 2017

Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, para assegurar às pessoas com deficiência a obtenção de todas as informações necessárias à utilização do serviço em formato acessível.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1 ^c	O artigo 6º da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017
passa a vigorar acreso	cido do seguinte inciso VIII:
",	Art. 6º
n	/III - obtenção, mediante solicitação, de todas as informações necessárias à utilização do serviço público em formato acessível, no caso de pessoa com deficiência.
	" (NR)

dias da data da sua publicação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após transcorridos 90 (noventa)

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO Relator



